



# Município de Sentinela do Sul

**Mensagem nº 072/2025**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores:

Na forma da Legislação em vigor, submeto à deliberação desta colenda Casa Legislativa o seguinte Projeto de Lei:

**Projeto de Lei nº 072/2025** - Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Sentinela do Sul/RS.

Gabinete do Prefeito de Sentinela do Sul, em 17 de outubro de 2025.

  
**Julio Cesar Carvalho**  
Prefeito de Sentinela do Sul

  
**ROGERDA SILVA CUSTÓDIO**  
Secretário Executivo  
C.M. Sentinela do Sul  
17/10/2025



# Município de Sentinela do Sul

**Projeto de Lei nº 072/2025**

## **Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Sentinela do Sul/RS.**

**Julio Cesar Carvalho**, Prefeito do Município de Sentinela do Sul/RS, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, institui:

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) do Município de Sentinela do Sul/RS.

**Art. 2º** - O REFIS destina-se a promover a regularização de dívidas de contribuintes que possuem débitos tributários ou não tributários, lançados ou não em dívida ativa, decorrentes de débitos de pessoas físicas ou jurídicas.

**Parágrafo único** - Os créditos compreendidos pelo REFIS abrangem os créditos relativos aos fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2024.

**Art. 3º** - A opção pelo REFIS poderá ser formalizada, até 31 de dezembro de 2025, mediante assinatura do Termo de Confissão de Dívida - TCD.

**Parágrafo único** - O Termo de Confissão de Dívida - TCD será firmado pela pessoa física e/ou jurídica, ou pelos respectivos responsáveis, e devolvido, devidamente assinado, pelo optante.

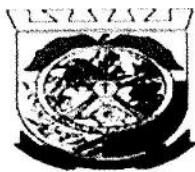
**Art. 4º** - Por esse programa, fica o Município autorizado a dispensar, a título de incentivo, o pagamento de acréscimos relativos a juros e multas incidentes sobre os créditos mencionados no art. 2º, observando-se o seguinte:

**I** - Desconto de 100% (cem por cento) do acréscimo resultante da incidência dos juros e multas para o pagamento da integralidade da dívida à vista;

**II** - Para pagamento em até 12 (doze) parcelas: 80% (oitenta por cento) de desconto na multa e dos juros;

**III** - Para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas: 60% (sessenta por cento) de desconto na multa e dos juros;

**IV** - Para pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas: 40% (quarenta por cento) de



# Município de Sentinela do Sul

desconto na multa e dos juros;

**V -** Para pagamento em até 48 (quarenta e oito) parcelas: 20% (vinte por cento) de desconto na multa e juros;

**VI -** Para pagamento em até 60 (sessenta) parcelas: 10% (dez por cento) de desconto na multa e dos juros;

**VII -** Para pagamento em prazo superior ao indicado no inciso VI deste artigo, não será concedido desconto na multa e juros, calculados até a data do Termo de Confissão de Dívida TCD, podendo serem os débitos parcelados em tantas vezes quanto necessárias ao adimplemento.

**Art. 5º -** Tratando-se de crédito tributário objeto de Processo Administrativo ou de Execução Fiscal em andamento, será observado os seguintes requisitos para concessão do benefício previsto por esta Lei:

**I -** Quanto ao Processo Administrativo, deverá o contribuinte, em relação a cada débito objeto do benefício, expressar renúncia a qualquer defesa ou recurso, bem como desistência dos já interpostos, formalizando em documento próprio, Termo de Confissão de Dívida - TCD, qual será juntado ao respectivo processo;

**II -** Quanto à Execução Fiscal:

**a)** Havendo oposição de embargos, deverá o embargante desistir dos mesmos, através de desistência da ação formalizada no processo, reconhecendo a liquidez e a certeza do crédito fiscal, comprovando o pagamento das custas judiciais, honorários advocatícios e demais despesas processuais, quando houverem;

**b)** Não havendo oposição de embargos, ficará a cargo do contribuinte a comprovação do pagamento ou dispensa das Custas Judiciais existentes sobre o processo, honorários advocatícios e demais despesas processuais.

**§1º** O parcelamento requerido nos termos desta Lei suspenderá o Processo Administrativo ou a Execução Fiscal até a quitação da dívida ou a exclusão do contribuinte do parcelamento.



# Município de Sentinela do Sul

**§2º** Havendo o pagamento integral, dar-se-á por finalizado o Processo Administrativo e, na Execução Fiscal, desde que o devedor tenha recolhido ou sido dispensado dos encargos devidos, será requerida a extinção do processo.

**§3º** A falta de pagamento, nos termos do art. 9º, implicará no prosseguimento do Processo Administrativo ou da Execução Fiscal.

**§4º** As condições estipuladas nos incisos I e II são exigências para o ingresso do contribuinte no REFIS, devendo, para dele beneficiar-se, comprovar o cumprimento integral dos requisitos estabelecidos.

**§5º** A Secretaria da Fazenda e Planejamento analisará e deferirá a concessão do benefício a que se refere esta Lei, se atendidas as exigências legais.

**Art. 6º** - A opção pelo REFIS implica:

**I** - Pagamento da primeira parcela no ato da formalização do REFIS;

**II** - Suspensão da exigibilidade dos débitos não ajuizados e em cobrança judicial;

**III** - Submissão integral às normas e condições estabelecidas para o Programa;

**IV** - Confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos no Programa;

**V** - Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para o ingresso e permanência no Programa.

**Art. 7º** - O débito consolidado, na forma do art. 4º desta Lei, será pago em parcelas mensais e sucessivas, sendo o valor de cada parcela determinado em função da combinação do valor do débito consolidado com o valor da parcela mínima:

**I** - A parcela mínima para pagamento será no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

**II** - O vencimento da parcela dar-se-á sempre no dia 05 (cinco) de cada mês;

**III** - O inadimplemento ensejará a incidência de juros de mora de 1% ao mês acrescido de multa de 2% sobre o valor da parcela em atraso.

**Art. 8º** - Os parcelamentos existentes, anteriores a esta Lei, cujas parcelas estejam sendo pagas regularmente, permanecem vigentes. Para os casos de parcelamentos existentes,



# Município de Sentinela do Sul

anteriores a esta Lei, cujas parcelas não estejam sendo pagas regularmente, a dívida será excluída do parcelamento anterior e o saldo remanescente será incluído no REFIS 2025.

**Art. 9º** - A pessoa física e/ou jurídica optante pelo REFIS será dele excluída nas seguintes hipóteses, mediante ato da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento:

**I** - Inobservância de qualquer das exigências estabelecidas no Programa;

**II** - Inadimplemento, por 03 (três) meses consecutivos e/ou alternados, relativamente a qualquer dos débitos abrangidos pelo REFIS;

**III** - Constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de débito correspondente abrangido pelo REFIS e não incluído na confissão, salvo se integralmente pago no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

**IV** - Compensação ou utilização indevida de créditos;

**V** - Decretação de falência, extinção, pela liquidação, ou cisão da pessoa jurídica;

**VI** - Prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita da optante, mediante simulação de ato;

**VII** - Decisão definitiva, na esfera judicial, total ou parcialmente desfavorável à pessoa física ou jurídica.

**Parágrafo único** - A exclusão da pessoa física e/ou jurídica do REFIS implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se os valores referentes aos descontos conferidos pela inclusão neste Programa de Recuperação Fiscal.

**Art. 10** - Em caso de exclusão do parcelamento, os valores já pagos com base nesta Lei serão descontados do montante devido, mantendo-se a anistia dos juros e multa já concedida nas parcelas quitadas, retornando os juros e multas aos créditos não pagos.

**Art. 11** - A Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e a Procuradoria-Geral do Município expedirão instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento da presente Lei.



# Município de Sentinela do Sul

**Art. 12** - As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias constantes das seguintes rubricas:

**03 - Secretaria da Fazenda e Planejamento**

01 - Fazenda

041296012105 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento - Manutenção da Administração Tributária

3.3.90.39.99.99.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (3640).

**Art. 13** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 17 de outubro de 2025.



**Julio Cesar Carvalho**  
Prefeito de Sentinela do Sul



# Município de Sentinela do Sul

## JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 072/2025

Com os nossos cumprimentos, temos a honra de submeter à apreciação desta Colenda Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, que, diante do atual cenário da economia nacional e da grave crise financeira enfrentada por empresas e cidadãos, propõe a criação do “Programa de Recuperação Fiscal do Município de Sentinela do Sul”.

O referido programa tem por objetivo oferecer aos contribuintes inadimplentes - pessoas físicas ou jurídicas - a oportunidade de regularizar seus débitos municipais, por meio de pagamento à vista ou de forma parcelada.

O quadro atual da economia nacional tem agravado sobremaneira a situação fiscal e de inadimplência das empresas, e mesmo das pessoas físicas. Com este quadro econômico, o Município tem convivido com uma constante queda das receitas municipais, o valor do repasse do FPM vem apresentando redução ao longo dos últimos anos.

O Município tem a responsabilidade constitucional e fiscal na arrecadação dos seus tributos, sob pena de responsabilidade funcional do servidor, e administrativa dos gestores, como também, é previsto na legislação que a não cobrança ou arrecadação dos tributos é irresponsabilidade fiscal, prevista na LC 101/00, a intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal, que prescreve no seu art. 11, que “Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação”.

Prescreve ainda a legislação federal (e a municipal) que a Fazenda Pública deva empreender todos os meios administrativos, extrajudiciais e judiciais para promover a cobrança dos créditos inadimplidos, para levar aos cofres públicos o direito ao bem patrimonial que os tributos não recolhidos representam para investimentos no Município.

A proposição do REFIS se fundamenta no maior interesse público, que é aprovar projeto de lei que abre a oportunidade aos contribuintes inadimplentes a adesão a um Programa de Recuperação Fiscal, onde o Município antes de tomar todas as medidas de cobrança, oportuniza a sua regularização, ainda que abrindo mão de parte dos recursos de multas e juros.

Ainda que possa em primeira monta parecer que seja injustiça ou que se estaria beneficiando contribuintes irregulares em detrimento dos regulares, o fato é que devemos analisar vários fatores em conjunto, como o momento econômico, com tamanha crise financeira também impactando fortemente nossa cidade, o que nos impõe propor medidas que





# Município de Sentinela do Sul

permita tanto a regularização do contribuinte inadimplente, como principalmente, permitir o ingresso financeiro de recursos que permitam novos e urgentes investimentos.

O REFIS é de interesse público por permitir o ingresso de novos recursos para investimentos sociais que atende toda a comunidade, recursos que dificilmente ingressariam nas atuais condições econômicas do cidadão e das empresas. É de interesse social dos contribuintes inadimplentes, por reduzir os encargos de mora incidentes sobre as dívidas em atraso e parcelar, permitindo a regularização, ainda que corrija as parcelas e acrescente juros remuneratórios, o que representa responsabilidade com o direito àquele recurso público e atende os princípios da capacidade tributária, da economicidade, de transacionar para eliminar e evitar litígios.

Senhor Presidente, Nobres Vereadores, são as razões que nos levaram a encaminhar o presente Projeto de Lei à consideração e deliberação dessa honrada Casa Legislativa, solicitando-lhes que seja apreciado, discutido e aprovado.

Gabinete do Prefeito, em 17 de outubro de 2025.



**Julio Cesar Carvalho**  
Prefeito de Sentinela do Sul